



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - CRISE DO SISTEMA DE TRÁFEGO AÉREO		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1100/07	DATA: 7/8/2007
INÍCIO: 9h43min	TÉRMINO: 11h05min	DURAÇÃO: 1h22min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 1h21min	PÁGINAS: 29	QUARTOS: 17

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO - Presidente da Comissão responsável pelas investigações do acidente do Voo 3054 da TAM.

SUMÁRIO: Leitura de documentos reservados. Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.
A reunião foi suspensa.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Declaro aberta a 35ª sessão ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as causas, conseqüências e responsáveis pela crise do sistema de tráfego aéreo brasileiro, desencadeada após o acidente aéreo ocorrido no dia 29 de setembro de 2006, envolvendo um Boeing 737-800, da Gol (Vôo nº 1907), e um jato Legacy, da América ExcelAire, com mais de uma centena de vítimas.

Informo que teremos as seguintes atividades: amanhã, dia 8, no Plenário 7, às 11h30min, apreciação de requerimentos; às 12h, tomada de depoimento do Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito.

No dia 9 de agosto, às 9h, tomada de depoimento dos controladores de tráfego aéreo do Aeroporto de Congonhas Ziloar Miranda Pereira, Celso Domingos Alves Júnior, Luana Morena Maciel Araújo e Eduardo Pires Dayrel. E, às 14h, tomada de depoimento do representante da Airbus, se o requerimento for aprovado amanhã, na deliberativa.

Esta reunião ordinária foi convocada para a tomada de depoimento do Srs. Tenente-Coronel-Aviador Fernando Silva Alves Camargo, presidente da comissão responsável pelas investigações do acidente do Vôo 3054 da TAM, a quem convido para tomar assento à Mesa.

E, às 14h, ouviremos Marcos Sampaio Ferreira, Diretor-Presidente da Pantanal Linhas Aéreas.

Em primeiro lugar, nós, com o testemunho da imprensa, fomos ao cofre e buscamos todos os documentos confidenciais, sigilosos e reservados que estavam lá. E vamos abrir todos os envelopes lacrados aqui, na presença dos Srs. Parlamentares.

Em segundo lugar, acuso o recebimento hoje de mais um ofício reservado da Aeronáutica, e que encaminha — é uma dúvida que nós vamos ter de tirar — de novo a degravação dos controladores com os pilotos, que a gente julgava já estar lacrada dentro do cofre.

Em terceiro lugar, vamos iniciar a oitiva do Coronel Fernando Camargo, inicialmente em sessão aberta. Depois, passaremos a sessão reservada, visto que não há condições de *quorum* no momento para deliberar sobre qualquer mudança de *status*.



E, ao mesmo tempo, aviso aos Srs. Parlamentares que toda a documentação recebida em qualquer caráter — reservado, confidencial ou sigiloso — será fornecida a qualquer Parlamentar que assim o desejar, desde que ele mantenha o seu caráter na forma recebida: reservado, confidencial e sigiloso.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Sr. Presidente, pela ordem.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Sr. Presidente, questão de ordem também, em seguida ao Deputado Vic.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Primeiro, o Deputado Vic; após, a Deputada Solange.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Sr. Presidente, após as suas explicações, eu queria solicitar oficialmente à Mesa que providenciasse uma cópia para mim, em caráter reservado, de toda essa documentação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Em caráter de cada documento. Há documento reservado, há documento confidencial e documento sigiloso. V.Exa., como qualquer Parlamentar, terá acesso, desde que...

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - ... assine o recibo do documento, com a ciência. Vou pedir à Secretaria que providencie o recibo a cada Parlamentar, no caráter de cada documento.

Deputada Solange.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Sr. Presidente, da mesma forma me inscrever e solicitar que a Secretaria da Mesa prepare uma cópia de todo o material que a CPI tem; aplaudir a decisão dessa Presidência e da Relatoria, em meu nome, que eu vou receber as cópias; e pedir a V.Exa. só que explique novamente. Quer dizer, a primeira parte da reunião, secreta; a segunda... Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - No primeiro momento da reunião, eu vou abrir os documentos. Vou dar ciência à Comissão de tudo o que nós recebemos e em que caráter está. Na segunda parte, vamos iniciar a oitiva do Coronel Fernando Camargo, a quem cumprimento; não havia cumprimentado ainda.

E o terceiro ponto, no momento em que esta Comissão, ou o depoente, ou o Relator entenderem que deva passar a ser reservada, nós a passaremos para reservada, sem qualquer deliberação, até porque, regimentalmente, eu, para poder



fazer qualquer deliberação, deveria ter o *quorum* qualificado. E, mesmo para requerimento verbal, na semana passada, nós o fizemos dentro de uma reunião convocada deliberativa, o que não é o caso hoje. Amanhã, sim, é o caso de reunião deliberativa.

Então, vamos ter todo o cuidado de preservar o aspecto regimental, mas sem deixar que qualquer Parlamentar exerça o seu direito de ter acesso aos documentos por ora recebidos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Vamos abrir os documentos que...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Pois não, Deputado Ivan.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sobre a questão dos documentos, eu queria entender o seguinte: é preciso requisitar ou é automático?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Não. Não é automático, não. É preciso requisitar, sim.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu queria fazer a minha requisição, então.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO - Sr. Presidente, eu queria apenas registrar a minha opinião particular de que o melhor seria a apresentação pública de todos esses documentos. É a minha opinião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - A apresentação estará sendo feita. Agora...

A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO - Desses documentos, em particular dos diálogos da Torre, que serão entregues aos Deputados e acabarão, certamente, sendo passados seletivamente à imprensa.

Então, eu tenho o entendimento de que o melhor seria uma sessão aberta para que todos tenham acesso, igualmente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Eu compartilho da opinião de V.Exa. e já expressei isso aqui, de forma pública. Porém, há alguns ritos que eu sou obrigado a adotar. Eu não posso fugir dos ritos. E, na semana passada, a divulgação dos dados abertos — V.Exa. vai se lembrar —, por proposição minha, eu



submeti à deliberação de um Plenário. Havia *quorum* no plenário naquele momento, *quorum* qualificado para deliberar; havia uma reunião deliberativa convocada para aquele dia, e eu deliberei dentro de um requerimento verbal de minha autoria. Hoje, eu não tenho neste momento o *quorum*. Vamos registrar isto: eu tenho *quorum* para fazer a oitiva, porque o Regimento não me obriga que eu tenha o *quorum* de maioria mais 1 para fazer a oitiva, mas me obriga para deliberar. Então, eu não poderia deliberar. Seria uma interrupção do depoimento. A Ordem do Dia ia iniciar, mais tarde, e íamos perder o dia. Então, para que nós não percamos o nosso dia, nós vamos dar seguimento à forma, a cada momento que entendermos. O depoente, se entender que passa a ser reservada, passará a ser reservada, na hora em que ele entender que tem informações que não devam ser prestadas de forma pública.

No entanto, cada Parlamentar tem o seu direito assegurado, já que o sigilo, o documento sigiloso, foi transferido para a Comissão e não para o Presidente da Comissão. Qualquer membro da Comissão tem o direito a todos os documentos que pertencem à Comissão. Eu discordo da interpretação de que o documento sigiloso não pode... ele pertence a toda a Comissão. Ele não é propriedade do Presidente e do Relator; é propriedade de todos; são compartilhados. E também responsáveis pela manutenção de seu *status*, seja sigiloso, seja confidencial, seja qual for o critério.

Então, eu quero apenas dizer que eu estou adiando um debate, até porque eu não tenho o parecer da Consultoria Jurídica aqui comigo, conforme me havia sido prometido; não tenho *quorum* para deliberar e não ia tomar uma decisão monocrática que pudesse ter repercussões polêmicas, que já teve na semana passada, e que nós as enfrentamos de cabeça erguida, porque estávamos corretos. Hoje, se eu tomar uma decisão monocrática, eu não terei adotado o mesmo procedimento da semana passada e não entenderia que a minha atuação seria correta, porque seria conflitante com o que eu fiz na semana passada.

Então, eu peço desculpas a V.Exa., compartilho da opinião de V.Exa., mas não entendo que eu tenha condições de decidir isso monocraticamente.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO - Compreendo, Presidente, e agradeço a V.Exa.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Vamos abrir os documentos que aqui recebemos. *(Pausa.)*

Primeiro documento — ofício reservado do Comando da Aeronáutica:

“Ao cumprimentar V.Exa., refiro-me ao Ofício 190/07-P, de 26 de julho de 2007, o qual encaminha o Requerimento de Informação nº 467, de autoria da Deputada Luciana Genro, que solicita a reprodução de gravações das conversações de controle de tráfego ocorridas no dia 17 de julho de 2007”.

E aqui tem caráter reservado o documento, do CD contendo as gravações.

“Sobre o assunto, encaminho a V.Exa. um CD contendo as gravações solicitadas, fornecidas pelo Departamento de Controle do Espaço Aéreo, ao mesmo tempo em que solicito especial atenção ao que dispõem os Decretos nºs 4553, de 27 de dezembro de 2002, e nº 5.301, de 9 de dezembro de 2004, e o §4º do art. 61 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Respeitosamente,

Tentente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito”.

Então, este é o primeiro envelope aberto aqui. Passo ao Relator.

O segundo envelope aberto aqui é a caixa-preta que nós havíamos reembalado, não é isso, Relator? Então, eu vou abrir o CD como estava aqui, rubricado, recolocado no cofre após a oitiva do Brigadeiro Kersul. Vou reabrir. São os dados da caixa-preta no estágio em que foi recebido na semana passada, sem qualquer alteração. É o mesmo CD do qual nós interrompemos a análise e recolocamos no cofre. Então eu gostaria de... *(Pausa.)* Está aqui. Foi aberto na lateral, para preservar o lacre daquele dia. Estão aqui os documentos da caixa-preta, a caixa-preta, o CD da caixa-preta.

Passo ao Relator.

Qual é o próximo documento a ser aberto?

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Sr. Presidente, só para um esclarecimento: essa é a caixa-preta de degravação da cabine?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - É a caixa-preta que tem a degravação da cabine e de dados.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - E de dados?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - E de dados. O próximo é um documento recebido de forma sigilosa. Vou abrir para poder ler do que se trata. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Sr. Presidente, o senhor me permite? Eu gostaria de uma informação da Mesa: quem é que decide a forma como esse documento tem que ser apresentado, sigiloso, secreto?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Eles estão invocando — eu ainda não tenho o parecer da Consultoria Jurídica —, eles estão invocando um decreto que regulamenta uma medida provisória que diz que a autoridade que envia o documento o classifica em reservado, sigiloso, confidencial, secreto e supersecreto. Existem 5 denominações. E a mudança dessa classificação ou a sua divulgação implicaria a autorização da autoridade que o enviou. É um decreto; não é uma lei. Então, como não há um parecer da Consultoria Jurídica, estou tomando esses cuidados.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Porque toda e qualquer documentação que vem da Aeronáutica nunca deixa de vir com um carimbo, ou secreto, ou sigiloso, ou..

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Sem dúvida, aqui está...

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Então temos também de saber diferenciar o que é secreto e o que não é, porque o que vem de lá realmente vem com um carimbo sempre com todas as ressalvas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Vinte e sete de julho, Requerimento 375/07:

“Dirijo-me a V.Exa. em atenção ao Ofício 142/07, de 12 de julho de 2007, que encaminha o requerimento 375/07, de autoria do Deputado Eduardo Cunha, no qual requisita o áudio da caixa-preta do Legacy, envolvido no acidente aeronáutico em 29 de setembro de 2006”.



Então, em 27 de julho, aqui chegou o áudio da caixa-preta do Legacy, que o Deputado Vic Pires Franco já tinha trazido a este plenário, sem sabermos qual era a sua origem, se era sigilosa, secreta ou confidencial.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Este é o terceiro envelope que V.Exa. está abrindo hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Vou abrir o quarto envelope, dirigido a S.Exa... Aliás, em primeiro lugar, estou faltando, estou sendo indelicado. O nosso Presidente, o Deputado Marcelo Castro, deixou o hospital. Graças a Deus, encontra-se em casa, mas, por recomendação médica, não poderá ainda esta semana vir, sair de casa. Está em repouso médico, em função da diverticulite que o está acometendo. E nós voltamos a renovar os nossos votos do seu pronto restabelecimento. Que ele possa aqui estar para conduzir os trabalhos como sempre conduziu até o momento.

Ofício reservado. Comando da Aeronáutica.

Requerimento de Informação 459/2007, 467/2007, 497/2007:

“Ao cumprimentar V.Exa., refiro-me ao Ofício 183/07, de 25 de julho, no qual encaminha requerimento de Informação 459, de autoria dos Deputados Luciana Genro e Eduardo Cunha, e solicita a cópia das gravações das comunicações entre os pilotos e a torre de controle do Aeroporto de Congonhas, nos dias 15, 16 e 17 de julho de 2007. Sobre o assunto, informo a V.Exa. que, apesar da solicitação contida no Ofício 140-ASPAR/1011, de 26 do julho de 2007, enviada a esta CPI, de uma maior especificação dos horários dessas gravações, foram envidados esforços durante todo o fim de semana para a conclusão das mesmas, que encaminhamos em anexo”.

Então aqui está outro, com referência ao mesmo requerimento das conversações das torres. Dado conhecimento público... Ainda falta um. Finalmente, o último envelope. (*Pausa.*). S.Exa. o Deputado Eduardo Cunha.

Requerimento de Informação 454/07:



“Sr. Presidente, ao cumprimentar V.Exa., refiro-me ao Ofício 179/07, de 25 de julho de 2007, no qual encaminho requerimento de Informação 454/07, de autoria do Deputado Marco Maia, solicitando cópia de diversos documentos e gravações referentes ao acidente da TAM, ocorrido no último dia 17 de julho. Sobre as cópias das fitas das gravações de vídeo desde o momento de aterrissagem até o acidente da aeronave da TAM, sugiro a V.Exa. requisitá-las à INFRAERO, órgão detentor de tais imagens, uma vez que este Comando não as detém. As cópias das gravações dos diálogos entre piloto da aeronave TAM com os controladores seguem em CD anexo. Quanto aos relatórios de perigo relativos ao aeroporto de Congonhas, informo a V.Exa. que o Serviço Regional de Proteção ao Vôo de São Paulo informou não haver recebido nenhum, nos dias 15, 16 e 17 de julho, conforme declaração do Chefe de Divisão de Operações, em anexo. Entretanto, enviamos, em anexo, cópias dos livros de registro da torre de São Paulo, nos dias 15, 16 e 17 de julho. Em relação às recomendações de segurança ou de procedimentos emitidos pelo Comando da Aeronáutica, encaminho-os em anexo a V.Exa. Finalmente informo a V.Exa. que as causas do acidente ocorrido no dia 17 próximo passado ainda estão em fase de investigação por uma comissão do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos, CENIPA, não existindo, até o momento, nenhum relatório parcial ou conclusivo sobre o fato ocorrido. Por oportuno, é conveniente esclarecer que o único documento produzido apto a fornecer conclusão sobre os possíveis fatos contribuintes do acidente aéreo é o denominado relatório final. Tenente-Brigadeiro Juniti Saito”.



Esse não faz referência aos decretos, embora tenha a égide confidencial. Então, passo às mãos do Relator e vou resolvendo os problemas de atender aos Srs. Parlamentares que assim o desejarem no curso da oitiva.

Neste momento passo a palavra ao Tenente-Coronel-Aviador Fernando Silva Alves de Camargo, Presidente da comissão responsável pelas investigações do acidente do Vôo 3054 da TAM, para que ele possa fazer suas explanações iniciais. V.Sa. dispõe de 20 minutos. Se necessário for, poderemos lhe dar um tempo de extensão. Se V.Sa. entender que existem informações que devam ser fornecidas em caráter reservado, é só V.Sa. solicitar que neste exato momento eu transformo a reunião em reservada. V.Sa. tem a palavra. *(Pausa.)*

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO - Exmo. Sras. e Srs. Deputados, muito bom-dia. Eu gostaria inicialmente de fazer uma breve apresentação. Não é a minha intenção aqui fazer nenhuma aula. Eu entendo que é meu dever de ofício enfatizar os aspectos relacionados à investigação conduzida para prevenção de acidentes e diferenciá-la da investigação de caráter punitivo. A nossa missão é promover a prevenção de acidentes aeronáuticos, preservando os recursos humanos e materiais, visando ao progresso da aviação brasileira. Essa é a nossa missão. Para levar a cabo essa nossa missão, no âmbito dos processos de investigação, nós seguimos especificamente as normas e as recomendações emitidas pela Organização de Aviação Civil Internacional, não só através da sua convenção, mas, sobretudo, especificamente no que diz respeito ao Anexo 13 a essa convenção, que dispõe sobre a investigação de acidentes aeronáuticos. Nós seguimos ainda o Manual de Investigações de Acidentes emitido pela própria OACI — Organização de Aviação Civil Internacional — e ainda, no nosso âmbito nacional, nós seguimos a Norma de Sistema do Comando da Aeronáutica, que trata da investigação de acidentes, de incidentes, de ocorrências de solo, e observamos ainda o nosso Código de Ética. Então, o Anexo 13, a Convenção de Chicago, ele é muito claro e estabelece como objetivo único da investigação de acidente a prevenção de futuros acidentes. E o propósito dessa atividade não é determinar culpa ou responsabilidade civil. Portanto, a nossa investigação, a investigação conduzida pelo CENIPA, é uma investigação de caráter preventivo. Ela busca identificar fatores que contribuíram para o acidente. Ela pode basear suas



conclusões em hipóteses. Então, nós não nos prendemos a fatos concretos e não precisamos chegar a uma conclusão absoluta. E uma outra característica: as nossas fontes de informação são voluntárias, ao contrário do que acontece com outras investigações, que têm o poder de requisitar as informações. A investigação, então, de um acidente aeronáutico, em todo o mundo, é um procedimento paralelo, independente, realizado por um órgão especializado e voltado unicamente para prevenção de novas ocorrências e para melhoria da segurança de vôo. Isso é uma característica da investigação preventiva realizada por todos os Estados-membros da OACI. Ainda de acordo com a normatização daquele órgão internacional, todo o procedimento judicial ou administrativo para determinar culpa ou responsabilidade deve ser independente da investigação de acidente aeronáutico. Essa, então, é uma grande necessidade que nós temos de amparo a nossa investigação. Se nós formos fazer um apresentação visual disso que eu falei, a investigação que visa a apurar responsabilidades, ela normalmente vai atrás de causas, ela é mais breve, ela se finda no “o que aconteceu”. A idéia, então, é buscar culpas, responsabilidades. Ela tem que ser conclusiva em termos fáticos. Ela não pode ser fundamentada em hipóteses. Para se apurar a culpa, para se atribuir responsabilidades a alguém, é preciso uma conclusão definitiva sobre aquela responsabilidade. Ao contrário, na nossa investigação, o que nós buscamos é prevenir novas ocorrências. O nosso objetivo está lá na frente. A nossa investigação, ela não busca nada com relação ao acidente que já ocorreu, esse já passou. O nosso objetivo está lá na frente. Então, a nossa responsabilidade está com o que está por vir. Nós não paramos no “o que aconteceu”. Se houve um erro de alguém, eu preciso saber por que esse erro aconteceu, o que permitiu que esse erro acontecesse, quais as defesas disponíveis no sistema que não funcionaram, quais as defesas que deveriam estar lá para prevenir um acidente. É assim que nós trabalhamos. Então, a grande diferença entre as 2 investigações, no caso da investigação punitiva, o objetivo está lá atrás, ele está voltado para o acidente que já aconteceu, e a nossa investigação, ela está olhando para a frente. E é por isso que toda a sorte de interferências no nosso processo tem repercussões no futuro e não no presente. É esse o nosso grande receio. Quando nós começamos a expor conjecturas, quando nós começamos a especular sobre questões que estão absolutamente abertas, na verdade nós



estamos pondo em risco não o acidente que já aconteceu, porque esse já se consumou, mas nós podemos estar prevenindo alguém de colaborar conosco numa próxima investigação. Nós já temos sentido, de certa maneira, alguns reflexos disso nesse nosso processo atual, infelizmente. A Comissão da qual eu sou Presidente, ela tem como única finalidade a prevenção por meio da identificação de fatores contribuintes que estejam presentes direta ou indiretamente na ocorrência — no acidente no nosso caso —, e, principalmente, o nosso objetivo é emitir recomendações de segurança. Todo o nosso trabalho tem por objetivo, única e exclusivamente, propor medidas que venham a prevenir novas ocorrências. É só para isso que nós trabalhamos e é para isso que a legislação nos criou. Então, qualquer uso indevido das nossas atividades será um descumprimento da legislação que nos criou. Nós entendemos claramente a necessidade que o Estado tem de promover as investigações para apuração de culpa e de responsabilidade. Nós entendemos que é um anseio legítimo de cada vítima ou de cada parente das vítimas de ser ressarcido, ser compensado, de até mesmo, vamos dizer assim, ser vingado em determinadas circunstâncias, mas para isso existem os órgãos competentes, que dispõem de um arcabouço jurídico destinado ao desempenho das suas atividades. Ao contrário, nós desempenhamos um outro papel e por isso o curso do nosso processo é diferenciado. Por isso a nossa investigação, ela é mais longa. Por isso a nossa investigação, ela é tão diferente. E não só no Brasil, no mundo inteiro, ela é diferente e ela deveria ser independente. A nossa Comissão, portanto, é um grupo de pessoas designadas para investigar o acidente e tem a sua composição adequada à complexidade do acidente. Em geral, as nossas comissões de investigação têm uma composição básica, na qual figura um presidente, um coordenador, um elemento responsável pelo fator operacional. Nós temos um elemento responsável pelos aspectos fisiológicos da área de fatores humanos, nós temos um elemento responsável pelos aspectos psicológicos, ainda da área de fatores humanos, e temos um elemento especificamente preocupado com as questões de fator material, que são as que dizem respeito ao projeto da aeronave. Além disso, a nossa normatização brasileira específica do sistema de prevenção, ela franqueia a participação na investigação de representantes do órgão regulador, nesse caso, em especial, em que o acidente ocorreu num aeródromo,



representantes da administração aeroportuária, representantes do sindicato das empresas, do sindicato dos aeronautas e, ainda, do operador. Uma ressalva é que todos esses representantes, eles necessariamente têm que ser técnicos de segurança de voo, e cada uma dessas entidades dispõe de pessoal técnico devidamente formado e habilitado pelo CENIPA. Ainda em atendimento à regulamentação internacional, nós temos a presença de representantes acreditados. Então, isso é um esclarecimento que é bom que seja feito, porque no acidente que envolveu o *Boeing* da Gol e o *Legacy* da empresa ExcelAire, muito se falou acerca da ingerência de outros países na investigação, mas é preciso esclarecer que todo país que tenha algum avião nele fabricado ou que tenha acidentado uma aeronave de um operador seu ou até mesmo que tenha como vítimas nacionais naquele país tem o direito de participar da investigação. Como exemplo, eu atualmente participo de 3 outras investigações em outros países, porque foram acidentes ocorridos com aeronaves da EMBRAER, fabricação brasileira. Então, a cada acidente no mundo que envolver uma aeronave de fabricação brasileira ou que envolver uma aeronave operada por uma empresa brasileira ou que vitimar algum brasileiro, nós seremos informados e convidados a participar na investigação. Então, isso é um direito garantido por aquele mesmo Anexo 13, O.K.? Nesse caso em particular, nós temos, por se tratar de uma aeronave Airbus — a Airbus é um consórcio entre a França e a Alemanha —, então nós temos participantes da França e da Alemanha. Nós temos a participação dos Estados Unidos porque os motores são de fabricação de um consórcio de origem americana e tínhamos uma vítima a bordo de nacionalidade peruana. Então o governo peruano tem o direito de nos acompanhar na investigação. Ele ainda não se posicionou a respeito.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO - Mas a França já é parte da investigação. Um outro aspecto é que cada um desses representantes acreditados pode se valer de todos os assessores que quiser. Então, em função disso, por exemplo, o governo da França se cerca de toda a assessoria da Airbus. E aqui, é óbvio, cada Estado, buscando a prevenção de acidentes, é lógico, também busca legitimamente defender seus outros interesses. É preciso que isso fique claro também. Mas tudo é feito à luz da prevenção de acidentes. Eu gostaria de fazer uma



rápida passada no que se sucedeu até agora com relação a nossa investigação. Então, nós tomamos conhecimento do acidente cerca de 5 minutos depois do impacto, as matérias ainda não estavam sendo veiculadas nem pela televisão nem na Internet. Eu estava em Brasília, o comando da Aeronáutica disponibilizou uma aeronave, e cerca de duas horas e meia após o acidente, nós já estávamos em Congonhas com uma equipe para fazer o que nós chamamos de ação inicial no local do acidente. Na verdade é um conjunto de atividades destinadas à preservação de indícios. Nossa primeira preocupação com o acidente é preservar todos os eventuais indícios que estejam disponíveis. Ao chegarmos lá no local, nós nos dividimos. Eu e o Coronel Afonso, que está aqui me auxiliando, fomos lá na INFRAERO buscar visualizar aquelas gravações do sistema de segurança, enquanto outros 2 companheiros nossos foram diretamente para o local do acidente, o prédio que estava em chamas. Nós não tivemos acesso ao prédio. Nós só tivemos acesso àquelas instalações mais ou menos 2 dias depois, quando o Corpo de Bombeiros entendeu que havia um mínimo de segurança para que nós pudéssemos acessar a área. Então, o local do acidente, logo após o acidente, ele é dos Bombeiros ou da Defesa Civil. Nós só temos acesso depois que eles liberam a área para gente. Obviamente, a primeira coisa que nós buscamos num acidente como esse são os gravadores, as caixas-pretas. Para nossa sorte, a parte traseira do avião, onde elas ficam localizadas, ficou do lado de fora do prédio e foi um pouco poupada da agressividade daquele incêndio, que se prolongou com explosões seguidas ao longo de horas e horas. Tão logo foi possível, técnicos do operador e graduados da Força Aérea, com algum auxílio dos Bombeiros, puderam vasculhar na cauda da aeronave, que estava ali do lado de fora do prédio, e localizaram, então, os 2 supostos gravadores de vôo. Eu gostaria de fazer um esclarecimento com relação a essa questão do gravador trocado. Existem diversos tipos, diversos modelos de gravadores. O Deputado Marco Maia esteve lá presente e chegou a ver a razão da confusão, do equívoco feito pela engenharia da TAM, ao reconhecer como um gravador um outro equipamento que nós acabamos não descobrindo o que era — nem mesmo a Airbus conseguiu identificar, dado o grau de danos do equipamento. Então, tratava-se de uma caixa metálica de mesma dimensão e formato de um modelo antigo de gravador de voz. Curiosamente, no interior dessa caixa metálica



bastante danificada, havia um cilindro metálico, que é essencialmente o invólucro que costuma proteger a placa eletrônica, que é a essência do gravador de voo. Então, naquele momento o engenheiro da TAM atestou ser aquele o gravador. Ainda um pouco inseguros com relação a essa identificação, nós, no dia seguinte, procuramos a empresa, fomos ao setor de manutenção da empresa, solicitamos, então, o PN, o *Part Number*, que seria a identificação do modelo da aeronave, e a empresa não teve condição de nos fornecer. Pedimos que fosse aberta uma aeronave que estava no hangar, em manutenção, mas aquela aeronave estaria seguindo para linha de voo. Então, não foi possível desmontar o equipamento da aeronave para que nós pudéssemos fazer uma confrontação visual. Em seguida, pedimos para que fosse trazido do suprimento, do depósito lá da TAM, um modelo igual para que nós fizéssemos a comprovação, e eles não dispunham de nenhum. Na nossa última tentativa, pedimos para acessar os manuais da empresa, que estavam todos nos meios eletrônicos, e para nossa frustração, nenhum dos 3 engenheiros e 5 mecânicos que estavam ali tinham a senha de acesso aos computadores da empresa, mas nos asseguraram que era aquele o gravador de voz. É bom deixar claro também que nem mesmo no NTSB, que é um órgão que presta esse tipo de apoio para todos os países que solicitam esse apoio de leitura de gravadores, nem mesmo eles conhecem todos os tipos de gravador. O procedimento que eles normalmente desempenham é pegar as informações referentes àquele modelo específico de gravador, buscar em uma base de dados as fotografias e tentar descobrir qual será o procedimento para leitura em função do grau de danos apresentado. Então, queria só fazer esse esclarecimento, porque pode parecer que, num primeiro momento, nós cometemos um equívoco grosseiro, mas na verdade houve um equívoco, sim, mas esse equívoco, ele foi cometido e atestado por alguns engenheiros e alguns mecânicos do operador, que supostamente lidariam com o equipamento numa base rotineira, O.K.? A questão dos gravadores ainda. Eu gostaria de enfatizar que os dados que estão ali gravados, eles representam como que uma fotografia. Essa fotografia, ela não pode ser vista e interpretada como uma fonte única de informação. Ela representa, sim, o que o computador de bordo leu naquele período, o que ficou gravado. Isso não significa necessariamente uma correspondência com o que aconteceu, com o que



efetivamente se deu naquele acidente. Para que a gente possa dizer que o que estão naqueles dados correspondem à realidade daquela tragédia, nós precisamos analisar uma série de outras informações. Então, no momento nós estamos ainda numa fase de coleta de dados. Eu lembro que existem diversas áreas que essa e qualquer outra investigação de acidente aeronáutico deve percorrer, porque o nosso objetivo é emitir recomendações de segurança de voo. Se ao longo do meu processo, eu suspeitar de que uma determinada prática indiretamente relacionada ou até mesmo não relacionada a esse acidente pode pôr em risco uma operação de aeronave, eu vou emitir uma recomendação de segurança de voo. Então, nosso trabalho de emissão de recomendações, ele é feito ao longo de todo o processo. Nós já temos, embora nem tenhamos começado ainda a analisar os dados de que nós já dispomos, nós já temos algumas propostas de recomendação que certamente vão ser úteis para segurança de voo, e que poderão ou não estar diretamente ou indiretamente relacionadas com esse acidente. Mas nós já vislumbramos algumas medidas que podem contribuir para segurança de voo. Então, nós estamos elaborando algumas propostas a serem emitidas nos próximos dias. Nós, ainda em cumprimento a um rito previsto pela Convenção de Chicago, fizemos, na última quinta-feira, em São Paulo, a primeira reunião da comissão completa. Então, a razão da minha impossibilidade de estar aqui na semana passada... Fiquei sabendo que tinha sido convocado quando eu já estava em São Paulo para a reunião prévia, que aconteceu na quarta-feira, e posteriormente a reunião na quinta-feira, na qual foram estabelecidos os ritos que serão seguidos, foram apresentados os participantes da investigação, e onde nós também tivemos a oportunidade de ouvir a queixa formal do Governo francês com relação à divulgação das informações referentes a esse acidente. Então, o Governo francês formalizou essa queixa através da nossa investigação, que inclusive está consignada em ata. O assessor da Airbus também se queixou formalmente — também está consignado em ata. Logo após essa nossa reunião, o Bureau d'Enquêtes et d'Analyses, que é o órgão de investigação do Governo francês, emitiu uma carta formal à imprensa com relação a essas questões. Só, então, para que todos tenham uma noção do nosso escopo de trabalho, cada um daqueles componentes da composição básica da comissão tem uma área específica de atuação. Então, serão vistos aspectos relacionados à operação da



aeronave, ou seja, o trabalho dos pilotos, o trabalho na área de treinamento, como é feito o processo de seleção dos pilotos. Nós vamos ver a parte de manutenção da aeronave. Nós vamos ver a parte do clima organizacional, o ambiente de trabalho na empresa. Nós vamos ver as questões relacionadas ao projeto da aeronave. Nós temos que verificar as comunicações do controle de tráfego aéreo. Nós temos que verificar as condições da pista, não é? Então, existe uma infinidade de áreas sobre as quais nós estamos promovendo um levantamento de informações. Esse levantamento, ele é feito mediante solicitação. Então, nós solicitamos, nós direcionamos à ANAC, à INFRAERO, ao operador, ao Departamento de Controle do Espaço Aéreo, nós solicitamos, formalmente, um rol de informações, e, quando de posse dessas informações, passaremos então a fazer o cruzamento de todas essas informações com os dados registrados pelos registradores de vôo. Esse é um processo, portanto, que demora. Todos os senhores devem estar bem familiarizados com o tempo que se toma para a análise de pilhas e pilhas de documentos, porque eu imagino que esta Comissão também já deve ter aí algumas salas de papel para serem lidas e analisadas. Então, é em função disso que nós temos um processo de investigação tão prolongado. E nós consideramos, portanto, prematuro emitir qualquer opinião, qualquer julgamento acerca de qualquer um desses dados que hoje estão isolados à espera de uma confrontação e de uma análise pormenorizada. Então, era isso que eu tinha para apresentar. Estou à disposição agora para qualquer esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Com a palavra o Relator, Deputado Marco Maia, pelo tempo que entender necessário. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Coronel Fernando Silva Alves Camargo, que é presidente da comissão de investigação do acidente com o Airbus da TAM, bom dia. Bom dia, Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados. Bom dia a todos os presentes.

De imediato, eu queria agradecer a presença de V.Sa. nesta CPI, infelizmente para tratarmos desse acidente aéreo ocorrido no início da noite do dia 17 de julho passado, que deixou como saldo 199 vítimas. Embora não tenhamos ainda cicatrizado as marcas de um recente acidente anterior, que aconteceu há cerca de 10 meses, quando do choque entre as aeronaves da Gol e da ExcelAire sobre a



floresta amazônica, vitimando naquela ocasião 154 pessoas, é papel desta CPI investigar as causas, as conseqüências e os responsáveis por essa segunda tragédia e identificar principalmente se há nexos causais com o objeto que estamos investigando, qual seja a crise que vive o sistema de tráfego aéreo brasileiro.

Sabemos, Coronel Camargo, que as investigações do CENIPA, diferentemente dos objetivos de uma CPI, não buscam identificar causas determinantes, muito menos responsáveis pelo acidente, mas, sim, analisar os fatores que possam ter contribuído para sua ocorrência, com o propósito de emitir recomendações para que diminua a probabilidade de repetição de tais fatores ou mesmo para que não se repitam mais.

Particularmente, quero lhe afirmar que compreendo e concordo com essa definição conceitual da Aeronáutica, que se fundamenta na legislação de organismos internacionais da aviação, o que já expressei publicamente. V.Sa. mesmo é testemunha de que, em conversações lá em Washington, este Relator se comprometeu em incluir no relatório final desta CPI uma legislação específica sobre esta matéria, dando precedência e também garantindo a confidencialidade das investigações realizadas pelo CENIPA, desde que elas não tratem e não firam dados factuais e que possam contribuir com o processo de investigação civil e penal sobre esses acidentes aéreos.

Entretanto, Tenente-Coronel Camargo, a CPI, como expliquei a V.Sa., tem uma obrigação diferente. Portanto, não me furtarei de lhe fazer perguntas com este objetivo, ou seja, para buscar os esclarecimentos das causas e responsabilidades por mais essa tragédia. Além disso, também abordarei V.Sa. sobre a veracidade de algumas notícias que circulam nos meios de comunicação com a finalidade específica de auxiliar a opinião pública a não ser induzida a falsas conclusões.

Antes ainda de que esta sessão torne-se fechada e de iniciar meus questionamentos, faço questão de publicamente agradecer em nome desta CPI a colaboração prestada por V.Sa. quando da diligência realizada por este Relator e pelo Deputado Efraim Filho nos Estados Unidos para acompanhar a abertura e a coleta de dados das caixas-pretas da aeronave acidentada. Queria de público lhe agradecer o trabalho, o empenho e a forma como nós fomos recebidos por V.Sa. e pelos técnicos que lá estavam trabalhando na análise das caixas-pretas.



Além disso, também quero mais uma vez atestar aqui, na presença de todos, o reconhecimento das autoridades estrangeiras ao profissionalismo do CENIPA e de seus técnicos, o que deve ser motivo de orgulho para todos nós brasileiros.

Dito isso, Sr. Presidente, queria consultar o nobre Coronel Camargo em relação à conveniência ou não de nós já iniciarmos a partir de agora esta sessão de forma reservada, porque eu iniciaria os meus questionamentos perguntando sobre os procedimentos que já foram realizados até agora pelo CENIPA, que V.Sa. aqui já desenvolveu e já nos apresentou. A partir de agora, a minha intenção é que pudéssemos entrar aqui de forma mais aprofundada nas hipóteses, nas linhas de investigação que estão sendo realizadas e também na confrontação com as informações que nós temos das caixas-pretas, que já chegaram a esta CPI. Eu lhe pergunto qual seria o melhor procedimento aqui: se eu iria fazendo os questionamentos e V.Sa. iria respondendo aqueles que são possíveis de serem respondidos publicamente, deixando para uma sessão secreta aqueles que V.Sa. entender que não devam ser respondidos de forma aberta, ou se iniciariamos imediatamente a sessão secreta, para que responda esses questionamentos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA - Mas isso supõe que existem respostas que serão dadas secretamente e respostas que serão dadas em público. Tem que contar também as respostas que não serão dadas. Pode ser que nem secretamente ele queira falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Não, isso é outra coisa. Deputado Gabeira, há discussão sobre o tratamento dos dados que estão de forma reservada, se vão ou não ser analisados de forma pública ou reservada. Então, o depoente pode responder esse questionamento do Relator, e a partir daí a Presidência tomará a decisão.

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO - É preciso deixar claro, como eu já afirmei aqui, que qualquer opinião que eu viesse a emitir sobre qualquer um dos dados que estão aí isolados, que são dados brutos, seria algo precipitado e leviano da minha parte, traria conseqüências danosas à minha investigação, traria conseqüências danosas ao sistema de investigação e prevenção de acidentes aeronáuticos e, conseqüentemente, traria danos à aviação brasileira. Então, eu estou à disposição, mas vou me privar de emitir qualquer opinião sobre qualquer



aspecto sobre o qual não se possa concluir nada. Não tenho como opinar se eu ainda não tive oportunidade de analisar o total dos elementos de investigação que existem, os quais nem todos estão à minha disposição. Então, por exemplo, eu sei que esta Comissão já tem gravações do controle de tráfego. Eu ainda não tenho, eu ainda não as recebi. Eu ainda não tenho a documentação solicitada ao órgão regulador, a ANAC. Eu ainda não tenho a totalidade dos documentos solicitados à INFRAERO. Então, qualquer coisa, qualquer comentário que eu faça, especialmente na condição de presidente de uma comissão de investigação, vai ter um peso factual, quando, na verdade, vai ser uma especulação como a de qualquer outra pessoa.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Coronel, por que o senhor não tem esses documentos? O senhor é presidente da comissão de inquérito, com o poder de tê-los. Por que o senhor não tem documentos do Governo?

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO - Como eu já expliquei aqui, eu, ao contrário desta Comissão, da Polícia, não tenho esse poder que o senhor está afirmando. Eu solicito, mas eu não determino prazos para atendimento. Eu não tenho poder de requisitar. Então, eu solicito e aguardo a compreensão.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Nem com a TAM, Coronel? Nem com a TAM?

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO - Nem com a TAM. Na verdade, a TAM já me prestou alguns dos... já me forneceu alguns dos documentos, mas nem todos. É uma fragilidade da minha investigação. Eu posso solicitar à TAM, mas, a partir do momento que ela demorar para me entregar, eu não tenho um instrumento coercitivo.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Quais são as dificuldades que V.Sa. está encontrando e que pode ser um fator impeditivo ou que comprometa para V.Sa. os trabalhos da Comissão? Informações deste tipo assim: falta de documentos, as empresas não querem enviar as documentações.

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO - É, até o momento eu não posso afirmar que está havendo qualquer problema em me fornecer documentos. Entendo, sim, que, pelo volume de informações que nós solicitamos, a coleta, a produção de todas essas informações é algo que realmente demanda



tempo. Um prejuízo que eu poderia exemplificar aqui... Como eu disse, nós trabalhamos com dados voluntários, colaborações voluntárias. Então, nós, por exemplo, tínhamos um especialista, numa determinada área, que informalmente se prontificou a examinar um determinado aspecto para a gente, mas em vista, por exemplo, da participação assertiva da Polícia Federal na nossa investigação, essa vontade de colaborar se esvaiu; ele não vai mais querer tomar parte, colaborar conosco numa atividade que vai ser utilizada para outros fins. Então, ele... Numa coisa que, por exemplo, nos pouparia tempo, que seria simplesmente verificar se aqui nesta área tem alguma coisa que mereça um pedido formal de análise, um aprofundamento de investigações, essa pessoa já não quer mais colaborar. Isso é um exemplo.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - O senhor pode dizer o nome dessa pessoa?

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO - Não, eu não posso dizer...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Não pode.

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO - ...até porque eu não o conheço. É, eu sei que é uma...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Deputado Ivan Valente, rapidamente, porque eu vou tomar aqui uma decisão monocrática.

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO - Eu sei que é um colaborador, ele colabora com um dos nossos investigadores, mas eu, particularmente, não o conheço. Esse foi um problema trazido a mim por um dos membros da minha comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Deputado Ivan Valente, vamos lá.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, questão de ordem...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, eu queria manifestar à Comissão que eu acho que não é correto solicitar ao nosso convidado ou convocado que ele decida se é bom ou se é ruim, se ele pode ou não pode. Isso está errado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Ele está respondendo a pergunta do Relator.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Está incorreto, esse encaminhamento está incorreto. Quem tem de decidir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Não há encaminhamento. Não há encaminhamento, Deputado Ivan Valente. Houve uma pergunta do Relator que nós deixamos que ele respondesse, certo?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas eu posso fazer um encaminhamento? Posso fazer uma proposta, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Pode fazer.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - A proposta é que a Comissão decida sobre isso. Eu acho que há 2 maneiras. É algo para se refletir. Nós precisamos, a Comissão precisa do máximo de informações. Então nós buscamos o máximo de informações. E aí a Comissão decide em cima disso, se a reunião deve ser reservada ou não. E o coronel vai responder certamente em cima de hipóteses, ele não é obrigado a fazer declarações conclusivas. A Comissão julga, em torno disso, se é melhor realizar a reservada ou não, mas não deve colocar o convidado numa posição que ele mesmo tenha de fazer avaliação. Eu não acho correto isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Não, não. Não vamos fazer isso.

Deputado Vanderlei Macris, seja rápido, por favor. Esta Presidência vai tomar uma decisão.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, apenas uma questão de ordem na seguinte direção. Eu tenho a impressão de que o Coronel Fernando poderá nos dar várias informações que não tenham a ver especificamente com os dados que estão depositados, reservados pela Comissão. Poderá até ser uma reunião reservada. Mas há uma série de informações, de solicitações que eu pretendo fazer, de indagações ao Coronel que não têm a ver com a questão da reserva, das informações. E ele, evidentemente, vai avaliar, posteriormente, se encaminha outras questões de interesse da proposta que está sob a guarda do Relator e da Presidência numa reunião reservada. Mas há muita coisa que precisa



ser esclarecida e não há necessidade de reunião reservada. Eu, por exemplo, tenho essas solicitações a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Está certo. Como estamos ainda na fase da interpelação do Relator, e atendendo à sugestão do Relator e pelos motivos que eu apresentei no início da reunião, eu vou transformar, momentaneamente, a reunião em reservada.

Gostaria de alertar V.Exas. para o fato de que neste momento a Comissão já detém *quorum*, qualquer requerimento acerca dessa oitiva poderá ser encaminhado à Mesa e poderá ser deliberado *a posteriori*.

Segundo ponto: nós, antes das interpelações do Relator, vamos pedir à Secretaria que providencie o áudio da Torre de Controle com os pilotos para que esta Comissão o escute inicialmente de forma reservada e a disposição dos dados da caixa preta de dados para que o Relator possa, em função dos dados, fazer os seus questionamentos ao depoente.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, e os questionamentos que temos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Por favor, deixe-me acabar de proferir a decisão, depois V.Exa. esclarece.

Após a interpelação do depoente pelo Relator e a oitiva dos dados do áudio da Torre e dos dados da caixa preta, nós voltaremos à sessão aberta. Aí então esta Comissão poderá deliberar aquilo que entender.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Pois não, Deputada Luciana Genro.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO - Antes que V.Exa. transforme a sessão em reservada, se me permite o Relator, o Coronel disse que já elaborou propostas a serem apresentadas para melhorar a segurança do tráfego aéreo. Eu acho que ele poderia abrir aqui nesta sessão que propostas são essas que ele já está em processo de apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Deputada Luciana Genro, V.Exa. é a terceira inscrita.



A SRA. LUCIANA GENRO - Eu sei, mas se V.Exa. vai fechar a sessão, eu acho que é razoável que essas propostas sejam...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Eu disse que vou fechar a reunião por um tempo, única e exclusivamente para ouvirmos o áudio, botar os dados da caixa preta e o Relator fazer as suas interpelações. Após a participação do Relator, eu vou voltar à sessão aberta.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Sr. Presidente, eu quero fazer uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Pois não, Deputado Vic Pires.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Sr. Presidente, no início da sessão eu solicitei a documentação de toda a degravação e os CDs a que todos os Deputados que pertencem a esta Comissão têm direito. E fui informado de que nós não teremos direito a ficar com essa documentação, apenas teremos acesso a ela lá no local. V.Exa. poderia nos dar alguma informação a respeito?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Por enquanto ainda é essa a decisão. Eu estou buscando embasamento jurídico para proferir decisão diferenciada. Por isso é que até este momento ainda não estou cedendo cópias. E quero dar ciência a todos os Parlamentares do conteúdo numa forma reservada. E, volto a dizer, já há *quorum* na Comissão, requerimentos poderão ser encaminhados à Mesa e a Comissão poderá deliberar acerca do que está sendo tratado hoje.

Então, transformo a sessão em reservada neste momento...

A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO - Sr. Presidente, eu queria que o Coronel respondesse ao meu questionamento antes de V.Exa. transformar a sessão em reservada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Se o Coronel quiser responder ao questionamento... Já que o Relator está cedendo espaço, permito ao Coronel que responda à pergunta da Deputada Luciana Genro.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Presidente, se puder, depois, quero um esclarecimento....

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Eu só estou tentando ser célere, por uma razão muito simples: nós vamos ter Ordem do Dia daqui a pouco.



Se não nos apressarmos, vamos acabar não conseguindo fazer nada. Por isso é que eu estou tentando dar celeridade aos trabalhos. Se V.Exa., Deputada Luciana Genro, pudesse deixar esse questionamento para depois, nós ganharíamos tempo...

Se. o depoente quiser pode responder à Deputada Luciana Genro.

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO - Só para salientar mais uma vez, essas recomendações não estão necessariamente ligadas a esse acidente, mas ao longo dos nossos trabalhos iniciais vimos que poderíamos contribuir com a segurança de vôo apresentando algumas propostas. Então, nós formalizamos, estamos... isso aqui ainda não está aprovado, o rito... a Comissão propõe e essas propostas são avaliadas e eventualmente são aprovadas e emitidas pelo Comando da Aeronáutica. E elas seguem uma formalística própria. Então, a primeira recomendação seria dirigida à ANAC. Nós recomendamos considerar praticáveis as pistas principal e auxiliar do Aeroporto de Congonhas somente quando suas características superficiais atenderem aos requisitos de resistência à derrapagem previstos na IAC 4302, de 28 de maio de 2001, observando-se uma recomendação de segurança de vôo já emitida pelo CENIPA em 21 de julho.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Isso quer dizer que elas não têm essas condições no momento atual?

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO - Não, não é isso que está escrito aqui.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Então, por que a orientação de que só quando elas atendam às recomendações da norma?

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO - Aqui é uma recomendação para que isso seja buscado. Então...

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Mas é por que não existe essa condição hoje? Por isso ela precisa ser buscada?

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO - Não, eu não sei. Eu não sei se elas atendem ou não a isso. Eu estou recomendando que se verifique.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Então, para que a recomendação? E na investigação os senhores não estão investigando isso?



O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO - Estaremos, quando nós pudermos analisar a totalidade da documentação que nós solicitamos à INFRAERO e à ANAC.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Coronel, o senhor tem uma idéia de quando o senhor vai começar a investigar, efetivamente?

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO - Olha, nós temos tentado...

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Há uma comoção nacional por causa dessa tragédia, e o CENIPA tem tentado investigar. No início da sua fala, V.Sa. disse que a TAM não cedeu a caixa preta, não fez isso, não fez aquilo; depois, as documentações não chegaram. Eu quero saber quando o senhor vai usar o seu poder de investigador para saber alguma coisa e trazer para nós.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Por que eu questiono isso, Coronel?

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - E a CPI pode passar para V.Sa. as informações que já tem. Já temos várias informações que chegaram à CPI, inclusive.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Até porque a CPI também é investigação.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - É uma recomendação que deixa todos os usuários desse aeroporto inseguros de pousar lá, porque, quando é feita essa recomendação, parece que ela não é seguida. Se ela não é seguida, então, atenção: ninguém mais pouse naquele aeroporto.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO - Deputado Pepe, vamos ouvir as recomendações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Bom, eu vou, agora... Vejam só a contradição. Eu sou obrigado a deliberar se faremos reunião reservada para ouvir, apesar de eu não poder divulgar de forma pública. Então, tem uma contradição. Os Srs. Parlamentares que concordam com a transformação da sessão em reservada...

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Presidente, só uma coisinha, só para esclarecer: a razão da sessão ser reservada é unicamente para ouvir o áudio...

A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO - Presidente, não terminou ainda!



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Para ouvir o áudio, colocar os dados da caixa preta para que o Relator faça as suas interpelações. Cessadas as interpelações do Relator, voltará a ser aberta.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO - Presidente, ele não terminou ainda.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Então, os questionamentos do Relator ao Tenente-Coronel Fernando Camargo também serão em sessão reservada?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Os questionamentos do Relator, sim. Após isso, não, os dos Parlamentares serão em reunião aberta.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Qual é a razão?

A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO - Sr. Presidente, o depoente não terminou de falar das recomendações. V.Exa. o interrompeu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Só um minutinho, já vou terminar.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Por que razão o Deputado Relator faz suas interpelações na reunião secreta e os outros Deputados fazem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - A razão é que nós... o Relator quer fazer perguntas em cima dos dados da caixa preta, cuja divulgação é tornada pública dessa forma.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Ele não quer tornar pública. Não há segurança. Nós, na semana passada, fizemos a reunião com o Brigadeiro Kersul de forma reservada. Foram os dados da caixa preta. Então, dentro dos dados da caixa preta será reservada. Só isso.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Se V.Exa. me permite, por que o Deputado Relator vai fazer indagações numa reunião secreta e os outros Deputados vão fazê-las numa reunião aberta? Não é compreensível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Ficarà a critério de V.Exas. Ele até poderá não fazer as interpelações dele, mas a exibição dos dados da caixa preta e do áudio dos controladores será, inicialmente, em sessão reservada.



A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Isso eu compreendo. Agora, eu não compreendo 2 tipos de sessão para Deputados diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Não são 2 tipos de sessão para Deputados diferentes.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Deixa eu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Pode esclarecer, Relator.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - É porque o Relator é quem tem os dados da caixa preta para poder fazer as perguntas, não é isso? Ou não? Se eu entendi...

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Mas todos nós vamos ouvir.

O SR. DEPUTADO MARCOS MAIA - Srs. Deputados, eu volto, mais uma vez, aqui...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O SR. DEPUTADO MARCOS MAIA - Mais uma vez peço a atenção e o bom senso desta CPI. Nós já acumulamos um conjunto de informações, de dados. Nós já tivemos, de forma privilegiada, acesso às informações das caixas pretas. Nós, aqui, já anunciamos, inclusive, já fizemos uma leitura da caixa preta de voz. Esses dados estavam aqui, no cofre da CPI. Volto, mais uma vez, a dizer: nós não temos nenhuma necessidade de fazer uma oitiva pública com o Coronel Fernando Camargo, que é o chefe das investigações, para que o Coronel Fernando Camargo se sinta constrangido ou intimidado a falar sobre questões que podem atrapalhar o processo de investigação do CENIPA. Todas as vezes que eu falo aqui, eu digo: o CENIPA tem um ritmo diferente desta CPI, tem uma filosofia diferente, tem um tratamento diferente do processo de investigação, tem uma compreensão diferente do que é o processo de investigação. Eu não tenho dúvida de que, se nós fizéssemos um conjunto de questionamentos ao Coronel Camargo em reunião aberta, ele iria tentar responder àqueles que fossem possíveis e teria um trabalho enorme para não responder àqueles que, na avaliação e na compreensão dele, poderiam ser prejudiciais para o processo de investigação realizado pelo CENIPA. Então, este Relator, com todo o cuidado possível... nós não queremos produzir nenhum espetáculo...



A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - V.Exa. me permite um rápido aparte, Relator?

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Só um minutinho, nobre Deputada Solange Amaral. Nós não queremos produzir nenhuma situação constrangedora. O nosso intuito aqui é o de investigar, colher informações, produzir todas as informações que forem necessárias para o processo de investigação, até porque nós queremos chegar ali, na frente, não no mesmo ritmo. Se eu perguntar para o Coronel Fernando Camargo quanto tempo ele vai levar para fazer a investigação, ele vai me responder 10 meses, que é o que já foi dito aqui pelo Brigadeiro Kersul.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Mas, meu querido Relator, ele está comprometido em falar mais e melhor numa sessão reservada?

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Eu não sei.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Nós estamos partindo do princípio de que sim. Eu não sei. É preciso a gente ouvir o depoente. Se ele disser que reservadamente pode falar mais, o.k., estou de acordo com V.Exa. Mas não há o compromisso dele, ainda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Deputada Solange Amaral, antes de o depoente falar ou tomar qualquer compromisso, nós vamos ouvir o áudio e vamos colocar os dados da caixa preta. Isso já é uma coisa que vamos fazer de forma reservada.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - De forma reservada. Está claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Depois disso, a gente debate. O meu receio é...

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Presidente, eu quero concluir, porque o Coronel Fernando Camargo é o chefe das investigações, o responsável pelas investigações. Então, ele tem informações, está tratando desse tema. Eu acho que, se nós realizarmos isso de forma muito tranqüila, muito calma, poderemos produzir informações que nos auxiliem. Eu acho que, paralelamente ao CENIPA, esta CPI deve contratar — eu vou propor requerimento, a ser votado amanhã, para que nós contratemos um especialista nessa área para fazer uma análise das caixas pretas para a CPI, para que ela possa ter essas informações a partir da sua investigação propriamente dita, sem que haja a necessidade de nós estarmos espremendo ou



apertando o CENIPA em relação a essas informações, para permitir que eles possam realizar a sua investigação de forma isenta, a partir da sua filosofia e a partir do seu trabalho. Por isso, estou propondo que a gente faça de forma reservada, porque nós vamos poder escutar, ouvir, inclusive questionar de forma mais dura o Coronel Fernando Camargo, para que ele possa nos informar outras coisas que estão acontecendo no processo de investigação, mas com a tranqüilidade e com a firmeza que tem sido peculiar a esta CPI, que tem responsabilidade sobre esse tema e esse assunto.

O SR. DEPUTADO ROCHA LOURES - Apoiado, Relator. Vamos em frente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Bom, vamos, em um primeiro momento, transformar, provisoriamente, momentaneamente, a reunião em reservada para ouvir o áudio e a degravação dos dados...

A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO - Presidente, V.Exa. não vai permitir que o depoente termine de responder...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Eu vou pedir que ele termine depois, de forma pública, a resposta a esse questionamento de V.Exa., que é bastante relevante. Vou pedir que, momentaneamente, a gente transforme a reunião em reservada. Durante a reunião reservada, qualquer deliberação sobre esse tema, é só apresentar requerimento.

Os Srs. Parlamentares que concordam com a transformação momentânea da reunião em reservada permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada, com o voto contrário da Deputada Luciana Genro, e o meu voto contrário também.

Transformo a sessão em reservada, pedindo que fiquem presentes apenas os Parlamentares e aqueles que o depoente entender que o estão acompanhando e que possam permanecer, a Secretaria e a Consultoria da Comissão autorizada pelo Relator.

Suspendo a reunião por 3 minutos para que a Secretaria possa colocar o áudio no ponto.

(A reunião é suspensa.)